



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

06/03/2017 ATÉ 06/03/2017

INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 G1 MARANHÃO.....	1
	1.2 SITE KAMALEÃO.....	2
2	CEMULHER	
	2.1 MA 10.....	3
	2.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	4
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	5
	3.2 SITE CORREIO POPULAR.....	6
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG REGINALDO CAZUMBÁ.....	7
	4.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	8
5	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	9
6	SERVIDOR PÚBLICO	
	6.1 BLOG COROATÁ DE VERDADE.....	10
	6.2 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	11
	6.3 BLOG DO NETO FERREIRA	12
	6.4 BLOG DO VALDIVAN.....	13
	6.5 BLOG GILBERTO LIMA.....	14
	6.6 BLOG JEISAEL.COM.....	15
	6.7 BLOG MARRAPÁ.....	16
	6.8 BLOG WALDEMAR TER.....	17
	6.9 G1.....	18
	6.10 INTERNET - OUTROS.....	19 20
	6.11 SINDJUS.....	21
	6.12 SITE JORNAL PEQUENO.....	22 23

Empresa Maranhense de Refrigerantes deve indenizar cliente que encontrou corpo estranho em garrafa de Coca Cola

06/03/2017 09:04:24

Des. Jorge Rachid reforma decisão de 1º Grau e determina pagamento de indenização.

Empresa deve indenizar cliente que encontrou corpo estranho em garrafa de Coca-Cola

A Empresa Maranhense de Refrigerantes foi condenada a indenizar uma cliente, que encontrou um "corpo estranho" em uma embalagem de refrigerante Coca-Cola. A indenização foi fixada em R\$ 4 mil, pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que julgou procedente o recurso da cliente, após o pedido ter sido negado pelo Juízo de 1º Grau.

A consumidora ajuizou ação de indenização, alegando que a mera constatação de corpo estranho, no interior da embalagem de refrigerante, gera o dano moral, uma vez que o produto encontrava-se impróprio para consumo, sendo desnecessária a efetiva ingestão da bebida. A Empresa Maranhense de Refrigerantes alegou ausência do dever de indenizar, tendo em vista que não ocorreu a ingestão do líquido supostamente impróprio para consumo.

O desembargador Jorge Rachid, relator do recurso, ressaltou normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC) que protegem os consumidores contra produtos que coloquem em risco a sua segurança, saúde e integridades física e psíquica.

Ele destacou que o CDC impõe ao fornecedor de produtos o dever legal de evitar que a saúde e segurança dos clientes sejam colocadas em risco, tutelando o dano ainda em sua potencialidade e buscando prevenir sua efetiva ocorrência. Dessa forma, o fornecedor tem o dever de reparar o consumidor por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, manipulação ou acondicionamento de seus produtos, entre outros.

O magistrado citou casos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e doutrinas, reforçando o entendimento de que a proteção à saúde e segurança do consumidor possui caráter constitucional e de direito fundamental, decorrente da especial proteção à dignidade da pessoa humana, de forma que o fornecedor é responsável pela garantia dos produtos e serviços que oferece no mercado, e deve responder por sua qualidade e segurança.

"É irrelevante o fato de o consumidor ter - ou não - consumido a bebida, pois a responsabilidade do

fornecedor decorre do simples fato de ter colocado em risco a saúde do consumidor - exatamente como ocorreu neste caso, em que a empresa dispôs em suas prateleiras o produto impróprio", justificou. O voto foi acompanhado pelos desembargadores Ângela Salazar e Kleber Carvalho.(Processo nº 51816/2016)

Fonte -Assessoria de Comunicação do TJMA

Governo do Maranhão gasta R\$ 4,38 milhões por ano em pensões para ex-governadores

Endividados e em crise financeira, os governos estaduais gastam pelo menos R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. Os pagamentos são legais, mas tramitam na Justiça várias ações que questionam essas pensões.

O estado com a maior despesa é o Maranhão: R\$ 4,38 milhões por ano.

No estado, os ex-governadores que recebem aposentadoria de R\$ 24 mil são Roseana Sarney, o seu pai José Sarney, o deputado federal José Reinaldo Tavares, o senador Edison Lobão e Epitácio Cafeteira.

As viúvas dos ex-gestores falecidos também recebem o mesmo valor. Portanto, o governo gasta R\$ 365.653,32 mil por mês somente com aposentadorias de ex-governantes.

Levantamento do G1 encontrou 16 estados que pagam esses benefícios. O gasto mensal é de R\$ 2,98 milhões. Algumas dessas pensões são pagas inclusive a quem ocupou o cargo por poucos meses ou poucos dias.

Quem recebe?

Ao todo, 76 ex-governadores recebem pensão dos estados citados. Desses, 18 acumulam o benefício com aposentadoria de deputado ou senador e chegam a ganhar mais de R\$ 50 mil por mês.

Há ainda outros 55 dependentes de políticos, a maioria viúvas, que recebem pensão dos estados. Dezoito desses dependentes também acumulam pensões do Congresso.

Ainda foram encontrados 12 políticos que exercem atualmente mandato de senador ou deputado federal e que acumulam salário de congressista e pensão como ex-governador.

Maranhão gasta quase R\$ 5 milhões por ano com pensões de ex-governadores

Sarney e Roseana: pai e filha recebendo gordas aposentadorias de ex-governadores

Levantamento divulgado na manhã desta segunda-feira (6) pelo site G1 revela que 16 estados brasileiros gastam R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. Segundo o levantamento, o Maranhão é o estado com a maior despesa com esse tipo de benefício: R\$ 4,38 milhões por ano. O estado tem um gasto mensal de mais de R\$ 365 mil com o pagamento de pensões para seis ex-governadores e seis dependentes deles.

Os pagamentos são legais, mas em um cenário de profunda recessão financeira em que os estados se encontram, tramitam na Justiça várias ações que questionam esses benefícios. Em decisão liminar, a Justiça da Bahia conseguiu suspender o pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores.

Sarney acumula R\$ 59 mil mensais com aposentadorias

O maranhense José Sarney aparece no levantamento como um dos políticos que mais recebem com pensões. Ele acumula mais de R\$ 30 mil mensais do Maranhão por ter sido governador na década de 1960. Sarney tem ainda direito a R\$ 29.036,18 mensais da aposentadoria como senador, o que garante a ele um total mensal em valores brutos de R\$ 59, 507,18 com as aposentadorias. Roseana Sarney recebe aposentadoria de R\$ 24 mil.

Epitácio Cafeteria também aparece na lista do G1 recebendo um total de R\$ 43. 638, 57 com aposentadorias como ex-governador e ex-senador - a pensão que ele recebe do Governo do Maranhão é de mais de R\$ 30 mil mensais. José Reinaldo Tavares (hoje deputado federal) e Edison Lobão (senador) também recebem o mesmo valor, assim como as viúvas dos ex-governadores já falecidos.

A Reforma da Previdência defendida pelo governo Temer, que prevê o fim das aposentadorias desse sistema de aposentadorias aos parlamentares, não vai impedir o acúmulo de pensão e aposentadorias paga a ex-governadores, já que para ter direito ao benefício, os governadores não precisam pegar contribuição, e em alguns casos, os benefícios (que são considerados gratificações por exercício das funções) foram concedidos a políticos que exerceram o cargo de governador por apenas poucos meses ou dias.

Governo do Maranhão gasta R\$ 4,38 milhões por ano em pensões para ex-governadores

06/03/2017 10:35:39

Endividados e em crise financeira, os governos estaduais gastam pelo menos R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. Os pagamentos são legais, mas tramitam na Justiça várias ações que questionam essas pensões.

O estado com a maior despesa é o Maranhão: R\$ 4,38 milhões por ano.

No estado, os ex-governadores que recebem aposentadoria de R\$ 24 mil são Roseana Sarney, o seu pai José Sarney, o deputado federal José Reinaldo Tavares, o senador Edison Lobão e Epitácio Cafeteira.

As viúvas dos ex-gestores falecidos também recebem o mesmo valor. Portanto, o governo gasta R\$ 365.653,32 mil por mês somente com aposentadorias de ex-governantes.

Levantamento do G1 encontrou 16 estados que pagam esses benefícios. O gasto mensal é de R\$ 2,98 milhões. Algumas dessas pensões são pagas inclusive a quem ocupou o cargo por poucos meses ou poucos dias.

Quem recebe?

Ao todo, 76 ex-governadores recebem pensão dos estados citados. Desses, 18 acumulam o benefício com aposentadoria de deputado ou senador e chegam a ganhar mais de R\$ 50 mil por mês.

Há ainda outros 55 dependentes de políticos, a maioria viúvas, que recebem pensão dos estados. Dezoito desses dependentes também acumulam pensões do Congresso.

Ainda foram encontrados 12 políticos que exercem atualmente mandato de senador ou deputado federal e que acumulam salário de congressista e pensão como ex-governador.

Estados gastam milhões por ano com pensões de ex-governadores e viúvas

Até políticos com poucos meses no cargo recebem. Pagamentos são legais, mas questionados na Justiça. Endividados e em crise financeira, os governos estaduais gastam pelo menos R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. Os pagamentos são legais, mas tramitam na Justiça várias ações que questionam essas pensões – no último dia 15, a Justiça da Bahia suspendeu por liminar (decisão provisória) o pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores.

Levantamento do 'G1' encontrou 16 estados que pagam esses benefícios. O gasto mensal é de R\$ 2,98 milhões. Algumas dessas pensões são pagas inclusive a quem ocupou o cargo por poucos meses ou poucos dias.

Para chegar a esse resultado, o G1 pediu a todos os governos de estados e do Distrito Federal a relação de ex-governadores e dependentes que recebem pensão e dos valores pagos a eles. Somente o governo da Bahia não respondeu.

No Mato Grosso, até governadores interinos têm direito à pensão. Iraci Araújo Moreira, que foi vice do ex-governador e atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, recebe mensalmente R\$ 15.083,79 (em valores brutos), todos os meses. Ela assumiu o cargo por alguns dias, durante as viagens internacionais de Maggi.

Maria Valquíria dos Santos Cruz herdou uma pensão de R\$ 15.083,79 mensais. Ela é viúva de Evaristo Roberto Vieira da Cruz, que foi presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso e ganhou direito ao benefício porque exerceu o cargo de governador por 16 dias.

Leonel Arcângelo Pavan ocupou a cadeira de governador de Santa Catarina entre 25 de março e 31 de dezembro de 2010, o que lhe deu direito a uma pensão mensal de R\$ 23.880,16. Ele era vice de Luiz Henrique da Silveira, que deixou o cargo para concorrer ao Senado.

O Paraná também coleciona casos de ex-governadores que ocuparam o cargo por poucos meses e conseguiram direito à pensão vitalícia. Uma das pensões, de R\$ 30.471,11 mensais, é paga a Madalena Gemieski Mansur, viúva de João Mansur, que ficou um pouco mais de um mês no cargo.

O Pará paga a maior pensão encontrada no levantamento do 'G1': R\$ 48.753,78 mensais, ao ex-governador Aurélio Correa do Carmo.

A lista de quem recebe pensão como ex-governador inclui também políticos investigados e até condenados.

É o caso do ex-governador e ex-senador mineiro Eduardo Azeredo, condenado a 20 anos e 10 meses de prisão em 2015 pelo chamado mensalão tucano.

O ex-governador Pedro Pedrossian, governador do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, recebe duas pensões, uma de cada estado: R\$ 24.117,64 e R\$ 30.471,11, respectivamente, num total de R\$ 54.588,75 por mês. Confira abaixo um infográfico com os gastos dos estados com pensões.

49 anos de contribuição

Reforma da Previdência prevê 49 anos de contribuição para se obter aposentadoria integral

O Congresso já começou a discussão sobre a proposta de reforma da Previdência enviada pelo presidente Michel Temer. A principal mudança prevista é que homens e mulheres só terão direito à aposentadoria pelo INSS a partir dos 65 anos.

A proposta também prevê que os trabalhadores precisarão contribuir para o INSS por 49 anos para ter direito à aposentadoria integral, ou seja, equivalente ao salário. Esse valor, porém, tem um teto, que hoje é de R\$ R\$ 5.531,31, bem mais baixo que a maior parte das pensões pagas a ex-governadores e suas viúvas.

O levantamento do 'G1' mostra que pelo menos 16 estados brasileiros pagam pensão vitalícia: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Acre e Rondônia.

Procurado pelo 'G1', o governo da Bahia não respondeu aos pedidos de informações sobre pagamento de pensões. Entretanto, no último dia 15, uma liminar (decisão provisória) da Justiça suspendeu o pagamento de pensões a ex-governadores do estado.

O governo de Sergipe informou o valor das pensões pagas a viúvas, mas não divulgou o nome delas. O Piauí, que paga pensão a seis ex-governadores e dois dependentes, não informou os nomes deles.

Quem recebe?

Ao todo, 76 ex-governadores recebem pensão dos estados citados. Desses, 18 acumulam o benefício com aposentadoria de deputado ou senador e chegam a ganhar mais de R\$ 50 mil por mês.

Há ainda outros 55 dependentes de políticos, a maioria viúvas, que recebem pensão dos estados. Dezoito desses dependentes também acumulam pensões do Congresso.

O levantamento do 'G1' encontrou ainda 12 políticos que exercem atualmente mandato de senador ou deputado federal e que acumulam salário de congressista e pensão como ex-governador.

Considerando apenas ex-governadores (ou seja, sem contar viúvas), a menor pensão encontrada no levantamento é de R\$ 10,5 mil mensais, paga a Francelino Pereira dos Santos e Eduardo Azeredo, que governaram Minas Gerais.

O estado com a maior despesa é o Maranhão: R\$ 4,38 milhões por ano. Em segundo lugar está o Rio Grande do Sul, com um gasto de R\$ 4 milhões ao ano. O Rio Grande do Sul é um dos estados com situação financeira grave e que negocia um socorro do governo federal.

O Rio de Janeiro, estado com a pior situação fiscal do país e que vem atrasando salários de servidores e pagamento a fornecedores, gasta mais de R\$ 2 milhões por ano com as pensões.

Continue lendo no link: <http://valdivanalves.blogspot.com.br/2017/03/estados-gastam-milhoes-por-ano-com.html>

Maranhão lidera gastos com pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores e dependentes

Levantamento divulgado na manhã desta segunda-feira pelo site G1 revela que 16 estados brasileiros gastam R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles.

Segundo o levantamento, o Maranhão é o estado com a maior despesa com esse tipo de benefício: R\$ 4,38 milhões por ano. O estado tem um gasto mensal de mais de R\$ 365 mil com o pagamento de pensões para seis ex-governadores e seis dependentes deles.

Os pagamentos são legais, mas em um cenário de profunda recessão financeira em que os estados se encontram, tramitam na Justiça várias ações que questionam esses benefícios. Em decisão liminar, a Justiça da Bahia conseguiu suspender o pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores.

Sarney acumula R\$ 59 mil mensais com aposentadorias

O maranhense José Sarney aparece no levantamento como um dos políticos que mais recebem com pensões. Ele acumula mais de R\$ 30 mil mensais do Maranhão por ter sido governador na década de 1960.

Sarney tem ainda direito a R\$ 29.036,18 mensais da aposentadoria como senador, o que garante a ele um total mensal em valores brutos de R\$ 59.507,18 com as aposentadorias.

Epitácio Cafeteria também aparece na lista do G1 recebendo um total de R\$ 43.638, 57 com aposentadorias como ex-governador e ex-senador - a pensão que ele recebe do Governo do Maranhão é de mais de R\$ 30 mil mensais.

Parlamentares com mandato

O levantamento encontrou ainda 12 políticos com mandato no Congresso e que acumulam, além do salário, pensão como ex-governador. Desses, oito são senadores e quatro são deputados federais. Entre os senadores, Roberto Requião (PMDB-PR), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Edison Lobão (PMDB-MA) e João Alberto Souza (PMDB-MA) são os que acumulam o maior rendimento: R\$ 64.234,11, brutos, cada um.

Esse valor equivale à soma do salário de R\$ 33,7 mil como senador, com a pensão de ex-governador (R\$ 30,4 mil). Requião é ex-governador do Paraná; Valadares, ex-governador do Sergipe; Lobão e Souza,

ex-governadores do Maranhão.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) recebe, no total, R\$ 57,2 mil, entre salário do Congresso e pensão como ex-governador da Paraíba. O governo do estado, porém, informou que 100% do benefício (R\$ 23,5 mil) vão para pagamento de pensão alimentícia devida pelo senador.

Entre os deputados federais, Yeda Crusius (PSDB-RS) e José Reinaldo Tavares (PSB-MA) acumulam os maiores ganhos, também de R\$ 64.234,11, brutos, cada.

Yeda é ex-governadora do Rio Grande do Sul e, Tavares, ex-governador do Maranhão. Ambos recebem R\$ 33,7 mil de salário da Câmara e outros R\$ 30,4 mil de pensão como ex-governadores.

Aposentadoria dos ex- governadores é uma "gratificação"

Atualmente no Brasil, e ao contrário do trabalhador que contribui para o INSS, parlamentares que atendem requisitos como ter 60 anos de idade e 35 de contribuição, têm direito à aposentadoria integral, ou seja, o salário pago atualmente a um congressista, que é de R\$ 33,7 mil em valores brutos. A Reforma da Previdência defendida pelo governo Temer, que prevê o fim das aposentadorias desse sistema de aposentadorias aos parlamentares, não vai impedir o acúmulo de pensão e aposentadorias paga a ex-governadores, já que para ter direito ao benefício, os governadores não precisam pagar contribuição, e em alguns casos, os benefícios (que são considerados gratificações por exercício das funções) foram concedidos a políticos que exerceram o cargo de governador por apenas poucos meses ou dias.

Maranhão é o estado que mais paga pensão a ex-governadores; Sarney e Lobão estão entre os beneficiados

De acordo com um levantamento realizado pelo site G1, o Maranhão é o estado com o maior gasto com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. O estado paga mensalmente R\$ 365 mil com o pagamento de pensões para seis ex-governadores e seis dependentes deles, entre eles José Sarney, Roseana Sarney e Eptáfio Cafeteira, o que dá um total de R\$ 4,38 anualmente.

Além, do Maranhão, outros 16 estados brasileiros gastam R\$ 35,8 milhões por ano com esse tipo de despesa.

Somente o ex-governador e ex-senador José Sarney recebe do Estado mensalmente R\$ 30.471, além de receber mais R\$ 29.036 de aposentaria como senador, o que dá um total de R\$ 59.507 e faz de Sarney, um dos políticos que mais recebe com esse tipo de benefício.

Quem também acumula a pensão com aposentadoria, é Eptáfio Cafeteira, que recebe R\$ 13.164 de aposentadoria como senador, além dos R\$ 30 mil pagos pelo governo do Maranhão. Já o ex-ministro Edson Lobão além da verba recebida do governo, o parlamentar ganha ainda R\$ 33.763 do salário de senador.

Aposentadoria dos ex-governadores é uma "gratificação"

Atualmente no Brasil, e ao contrário do trabalhador que contribui para o INSS, parlamentares que atendem requisitos como ter 60 anos de idade e 35 de contribuição, têm direito à aposentadoria integral, ou seja, o salário pago atualmente a um congressista, que é de R\$ 33,7 em valores brutos.

A Reforma da Previdência defendida pelo governo Temer, que prevê o fim das aposentadorias desse sistema de aposentadorias aos parlamentares, não vai impedir o acúmulo de pensão e aposentadorias paga a ex-governadores, já que para ter direito ao benefício, os governadores não precisam pegar contribuição, e em alguns casos, os benefícios (que são considerados gratificações por exercício das funções) foram concedidos a políticos que exerceram o cargo de governador por apenas poucos meses ou dias.

Maranhão é o estado que mais paga pensão a ex-governadores

Levantamento do site G1 apontou o Maranhão como o estado que mais gasta com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. No total são quase R\$ 5 milhões por ano, a despesa mensal com o pomposo benefício é de R\$ 365.653,32.

Entre os beneficiários da pensão de R\$ 24 mil estão a ex-governadora Roseana Sarney e o pai, José Sarney; o deputado federal, Zé Reinaldo; o senador Edison Lobão e o ex-senador Eptácio Cafeteira. Ainda existem seis viúvas que recebem o valor, como a ex-primeira dama, Clay Lago, esposa de Jackson Lago e Gardênia Castelo, esposa do falecido João Castelo.

Na família Sarney os proventos somam ainda a pensão de R\$ 23,8 mil paga a ex-senadora que não cumpriu todo o mandato.

Vale destacar que basta governar o Maranhão por apenas seis meses que o direito está garantido. Em contrapartida, na proposta de Reforma da Previdência do presidente Michel Temer, fora o aumento no tempo de trabalho e na idade mínima para aposentadoria, a PEC prevê um teto R\$ R\$ 5.531,31, bem mais baixo que a maior parte das pensões pagas a ex-governadores e suas viúvas.

I Conferência Estadual da Mulher e da Advogada discutirá equidade de gênero, representatividade e os desafios da família moderna

A I Conferência Estadual da Mulher e da Advogada da OAB-MA que terá como tema “EQUIDADE DE GÊNERO, REPRESENTATIVIDADE E OS DESAFIOS DA FAMÍLIA MODERNA”, contará com grandes nomes do direito brasileiro e será realizada nos dias 9 e 10 de março no hotel Luzeiros, em São Luís.

O evento, coordenado pela Comissão da Mulher e da Advogada e pela Comissão de Direito de Família, faz parte da programação da Semana da Mulher realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional MA.

Destinado a profissionais de diversas áreas do conhecimento que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher e/ou com questões de gênero e também na área de Direito de Família, o evento tem como objetivos provocar a reflexão sobre as discriminações e violências sofridas pelas mulheres dentro e fora do âmbito familiar, a representatividade feminina em suas diversas dimensões na sociedade, o feminismo e os seus rótulos, além de contribuir para mudanças de posturas que promovam a equidade de gênero nas esferas públicas e privadas.

Durante o evento também serão debatidos temas do Direito de Família correlacionados com o papel desempenhado pelas mulheres no contexto da família moderna e da guarda compartilhada.

PROGRAMAÇÃO

A programação será aberta no dia 09 de Março (quinta-feira), às 19h, com a Palestra Magna de Abertura “EQUIDADE DE GÊNERO, REPRESENTATIVIDADE E OS DESAFIOS DA FAMÍLIA MODERNA”, proferida pela Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB, Eduarda Moura. Em seguida, às 19:45h, haverá o painel “VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LEI DO FEMINICÍDIO - LEI Nº 13.104/15 que terá como palestrante Alice Bianchini - Doutora em Direito Penal, Professora da Universidade do Sul/SC e da Rede LFG de ensino jurídico.

No dia 10/03 (sexta-feira), o evento será aberto às 08:45h, com o painel “IGUALDADE DE GÊNERO E A DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES PELA GUARDA COMPARTILHADA NO DIREITO BRASILEIRO”, que terá como palestrante Bruno Alberto Guimaraes, Secretário da Comissão do Direito de Família da OAB/MA. Em seguida, às 10:30h será aberto o painel “CONCEPÇÕES SOBRE O MODERNO CONCEITO DE FAMÍLIA”, que terá como palestrante, Claudia Paranagua - Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direito de Família e Sucessões.

O evento prossegue à tarde, às 14:30h, com o painel “POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE IGUALDADE DE GÊNERO”, que terá como palestrante Sônia Amaral - Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Maranhão. Às 16:45h será a vez do painel de encerramento do evento: “FEMINISMO E A DESCONSTRUÇÃO DE RÓTULOS” que terá como palestrantes Fernanda Marinela - Presidente da OAB/AL e Presidente de Honra da Comissão Nacional da Mulher Advogada, professora da Rede de Ensino LFG e autora de diversas obras jurídicas e Nelma Costa Sarney, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão.

EXPOSIÇÃO “OUTROS OLHARES”

A exposição fotográfica intitulada “Outros Olhares” também compõe a programação do evento e tem como objetivo desvendar as inúmeras expressões e as diferentes percepções sobre o feminino, reacendendo as discussões sobre equidade de gênero, família e representatividade da mulher na sociedade atual. O desafio é explorar o tema sob uma perspectiva poética, traduzindo em imagens, discursos, sentimentos e emoções.

A mostra propõe o diálogo visual entre os trabalhos das fotógrafas Danielle Filgueiras, Fafá Lago, Isa Gomes, Lili Santos, Stephannie Éssi e Wanessa Dias, que adotam técnicas, estilos e linguagens distintas em suas produções.

Ao todo, são 18 fotografias, coloridas e P&B, que possibilitam ao espectador a pluralidade estética, a (re)significação da figura feminina e as convergências de pensamento sobre o tema.

INSCRIÇÕES

As inscrições podem ser feitas até o dia 8 de março pelo site da Escola Superior de Advocacia- ESA (www.oabma.org.br/esa). Para advogados e estagiários adimplentes as inscrições são gratuitas. Para os demais interessados e profissionais o valor é de R\$80,00 e estudantes R\$40,00.

A participação no evento dará direito a 20 horas de atividades extracurriculares.

DATA PROGRAMACÃO

9/3

Exposição fotográfica “Outros Olhares”- dias 9 e 10, aberta ao público. Com trabalhos das fotógrafas Danielle Filgueiras, Fafá Lago, Isa Gomes, Lili Santos, Stephannie Éssi e Wanessa Dias.

17h Credenciamento

18h Solenidade de Abertura

19h Palestra de Abertura “EQUIDADE DE GÊNERO, REPRESENTATIVIDADE E OS DESAFIOS DA FAMÍLIA MODERNA”

Palestrante: Eduarda Moura - Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada

19h30 INTERVALO

19h45 Painel “VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LEI DO FEMINICÍDIO - LEI Nº 13.104/15”

Palestrante: Alice Bianchini - Doutora em Direito Penal, Professora da Universidade do Sul/SC.

Presidente: Maria de Ribamar F. Cardoso - Membro da CMA/MA, doutoranda em Direito com ênfase em Direito Penal

Debatedora: Selma Regina Souza Martins - Promotora de Justiça da Mulher

ENCERRAMENTO: HOMENAGEM ÀS MULHERES VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

10/3

MANHÃ

08h Credenciamento

08h45 Painel “IGUALDADE DE GÊNERO E A DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES PELA GUARDA COMPARTILHADA NO DIREITO BRASILEIRO

Palestrante: Bruno Alberto Guimaraes, Secretário da Comissão do Direito de Família da OAB/MA

Presidente: Vivian Bauer - Presidente da Comissão de Família da OAB/MA;

Debatedor: Jorge Bezerra Ewerton Martins, Vice-Presidente da Comissão do Direito de Família da OAB/MA

10h15 INTERVALO e Coffee break

10h30 Painel “CONCEPÇÕES SOBRE O MODERNO CONCEITO DE FAMÍLIA”

Palestrante: Cláudia Paranagua - Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direito de Família e Sucessões

Presidente: Alexandre Assainate

Debatedora: Joseane de Jesus Correa Bezerra, Juíza de Direito da 3ª Vara da Família de São Luís

12h Intervalo para almoço (adesão)

10/3

TARDE

14h30 - Painel "POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE IGUALDADE DE GÊNERO";

Palestrante: Sônia Amaral - Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Maranhão;

Presidente: Larisse Barros;

Debatedora: Kasumi de Jesus Ericeira Tanaka, Delegada de Polícia da Mulher de São Luís

16h30 INTERVALO e Coffee break

16h45 Painel "FEMINISMO E A DESCONSTRUÇÃO DE RÓTULOS"

Palestrantes: Fernanda Marinela - Presidente da OAB/AL e Presidente de Honra da Comissão Nacional da Mulher Advogada, professora da Rede de Ensino LFG e autora de diversas obras jurídicas e Nelma Costa Sarney, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Presidente: Nereida Cristina Batalha - Presidente da Comissão da Mulher e da Advogada OAB/MA

18h Encerramento

SERVIÇO:

Evento: I Conferência Estadual da Mulher e da Advogada da OAB-MA

Tema: "EQUIDADE DE GÊNERO, REPRESENTATIVIDADE E OS DESAFIOS DA FAMÍLIA MODERNA",

Data: 9 e 10 de março

Local: Hotel Luzeiros, em São Luís.

MORDOMIAS: Sarney e Roseana 'ajudam' o Maranhão a torrar R\$ 4,38 mi com pensão para ex-governadores

Levantamento divulgado na manhã desta segunda-feira (6) pelo site G1 revela que 16 estados brasileiros gastam R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. Segundo o levantamento, o Maranhão é o estado com a maior despesa com esse tipo de benefício: R\$ 4,38 milhões por ano. O estado tem um gasto mensal de mais de R\$ 365 mil com o pagamento de pensões para seis ex-governadores e seis dependentes deles.

Os pagamentos são legais, mas em um cenário de profunda recessão financeira em que os estados se encontram, tramitam na Justiça várias ações que questionam esses benefícios. Em decisão liminar, a Justiça da Bahia conseguiu suspender o pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores.

Sarney acumula R\$ 59 mil mensais com aposentadorias

O maranhense José Sarney aparece no levantamento como um dos políticos que mais recebem com pensões. Ele acumula mais de R\$ 30 mil mensais do Maranhão por ter sido governador na década de 1960. Sarney tem ainda direito a R\$ 29.036,18 mensais da aposentadoria como senador, o que garante a ele um total mensal em valores brutos de R\$ 59, 507,18 com as aposentadorias.

Epitácio Cafeteria também aparece na lista do G1 recebendo um total de R\$ 43. 638, 57 com aposentadorias como ex-governador e ex-senador - a pensão que ele recebe do Governo do Maranhão é de mais de R\$ 30 mil mensais.

Aposentadoria dos ex- governadores é uma "gratificação"

Atualmente no Brasil, e ao contrário do trabalhador que contribui para o INSS, parlamentares que atendem requisitos como ter 60 anos de idade e 35 de contribuição, têm direito à aposentadoria integral, ou seja, o salário pago atualmente a um congressista, que é de R\$ 33,7 em valores brutos.

A Reforma da Previdência defendida pelo governo Temer, que prevê o fim das aposentadorias desse sistema de aposentadorias aos parlamentares, não vai impedir o acúmulo de pensão e aposentadorias paga a ex-governadores, já que para ter direito ao benefício, os governadores não precisam pegar contribuição, e em alguns casos, os benefícios (que são considerados gratificações por exercício das funções) foram concedidos a políticos que exerceram o cargo de governador por apenas poucos meses ou dias.

Estados gastam R\$ 35,8 milhões por ano com pensões de ex-governadores e viúvas

Até políticos com poucos meses no cargo recebem. Pagamentos são legais, mas questionados na Justiça. Reforma da Previdência prevê 49 anos de contribuição para se obter aposentadoria integral.

Levantamento encontrou 16 estados que pagam pensão a ex-governadores e dependentes. Endividados e em crise financeira, os governos estaduais gastam pelo menos R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. Os pagamentos são legais, mas tramitam na Justiça várias ações que questionam essas pensões – no último dia 15, a Justiça da Bahia suspendeu por liminar (decisão provisória) o pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores.

Leia também: Acúmulo de ganhos garante até R\$ 64 mil mensais a 30 ex e atuais parlamentares.

Levantamento do G1 encontrou 16 estados que pagam esses benefícios. O gasto mensal é de R\$ 2,98 milhões. Algumas dessas pensões são pagas inclusive a quem ocupou o cargo por poucos meses ou poucos dias. Para chegar a esse resultado, o G1 pediu a todos os governos de estados e do Distrito Federal a relação de ex-governadores e dependentes que recebem pensão e dos valores pagos a eles. Somente o governo da Bahia não respondeu.

No Mato Grosso, até governadores interinos têm direito à pensão. Iraci Araújo Moreira, que foi vice do ex-governador e atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, recebe mensalmente R\$ 15.083,79 (em valores brutos), todos os meses. Ela assumiu o cargo por alguns dias, durante as viagens internacionais de Maggi. Maria Valquíria dos Santos Cruz herdou uma pensão de R\$ 15.083,79 mensais. Ela é viúva de Evaristo Roberto Vieira da Cruz, que foi presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso e ganhou direito ao benefício porque exerceu o cargo de governador por 16 dias.

Leonel Arcângelo Pavan ocupou a cadeira de governador de Santa Catarina entre 25 de março e 31 de dezembro de 2010, o que lhe deu direito a uma pensão mensal de R\$ 23.880,16. Ele era vice de Luiz Henrique da Silveira, que deixou o cargo para concorrer ao Senado.

O Paraná também coleciona casos de ex-governadores que ocuparam o cargo por poucos meses e conseguiram direito à pensão vitalícia. Uma das pensões, de R\$ 30.471,11 mensais, é paga a Madalena Gemieski Mansur, viúva de João Mansur, que ficou um pouco mais de um mês no cargo.

O Pará paga a maior pensão encontrada no levantamento do G1: R\$ 48.753,78 mensais, ao ex-governador Aurélio Correa do Carmo.

A lista de quem recebe pensão como ex-governador inclui também políticos investigados e até condenados. É o caso do ex-governador e ex-senador mineiro Eduardo Azeredo, condenado a 20 anos e 10 meses de prisão em 2015 pelo chamado mensalão tucano.

O ex-governador Pedro Pedrossian, governador do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, recebe duas pensões, uma de cada estado: R\$ 24.117,64 e R\$ 30.471,11, respectivamente, num total de R\$ 54.588,75 por mês.

Ao menos 16 estados pagam pensão a ex-governadores e dependentes deles (Foto: Arte/G1) Ao menos 16 estados pagam pensão a ex-governadores e dependentes deles (Foto: Arte/G1)

Ao menos 16 estados pagam pensão a ex-governadores e dependentes deles (Foto: Arte/G1) 49 anos de contribuição

O Congresso já começou a discussão sobre a proposta de reforma da Previdência enviada pelo presidente Michel Temer. A principal mudança prevista é que homens e mulheres só terão direito à aposentadoria pelo INSS a partir dos 65 anos.

A proposta também prevê que os trabalhadores precisarão contribuir para o INSS por 49 anos para ter direito à aposentadoria integral, ou seja, equivalente ao salário. Esse valor, porém, tem um teto, que hoje é de R\$ R\$ 5.531,31, bem mais baixo que a maior parte das pensões pagas a ex-governadores e suas viúvas.

O levantamento do G1 mostra que pelo menos 16 estados brasileiros pagam pensão vitalícia: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Acre e Rondônia.

Procurado pelo G1, o governo da Bahia não respondeu aos pedidos de informações sobre pagamento de pensões. Entretanto, no último dia 15, uma liminar (decisão provisória) da Justiça suspendeu o pagamento de pensões a ex-governadores do estado.

O governo de Sergipe informou o valor das pensões pagas a viúvas, mas não divulgou o nome delas. O Piauí, que paga pensão a seis ex-governadores e dois dependentes, não informou os nomes deles.

Quem recebe?

Ao todo, 76 ex-governadores recebem pensão dos estados citados. Desses, 18 acumulam o benefício com aposentadoria de deputado ou senador e chegam a ganhar mais de R\$ 50 mil por mês.

Há ainda outros 55 dependentes de políticos, a maioria viúvas, que recebem pensão dos estados. Dezoito desses dependentes também acumulam pensões do Congresso.

O levantamento do G1 encontrou ainda 12 políticos que exercem atualmente mandato de senador ou deputado federal e que acumulam salário de congressista e pensão como ex-governador.

Considerando apenas ex-governadores (ou seja, sem contar viúvas), a menor pensão encontrada no levantamento é de R\$ 10,5 mil mensais, paga a Francelino Pereira dos Santos e Eduardo Azeredo, que governaram Minas Gerais.

O estado com a maior despesa é o Maranhão: R\$ 4,38 milhões por ano. Em segundo lugar está o Rio Grande do Sul, com um gasto de R\$ 4 milhões ao ano. O Rio Grande do Sul é um dos estados com situação financeira grave e que negocia um socorro do governo federal.

O Rio de Janeiro, estado com a pior situação fiscal do país e que vem atrasando salários de servidores e pagamento a fornecedores, gasta mais de R\$ 2 milhões por ano com as pensões.

Continue lendo no

link: <http://g1.globo.com/politica/noticia/estados-gastam-r-358-milhoes-por-ano-com-pensoes-de-ex-governadores-e-viuvvas.ghtml>

Tem início as inscrições para o casamento comunitário no MA

Inscrições vão se estender até o próximo dia dez de abril.

Casamento é uma iniciativa que isenta o pagamento das taxas.

Estão abertas as inscrições para mais uma edição do casamento comunitário no município de Raposa, situado na Região Metropolitana de São Luís. As inscrições que começaram no último dia nove de fevereiro e vão se estender até o próximo dia dez de abril.

O processo é voltado para as pessoas que querem casar e moram no município de Raposa. O casamento é uma iniciativa que isenta, por exemplo, o pagamento das taxas, o que torna o processo inteiramente gratuito.

As inscrições estão ocorrendo no Cartório Extrajudicial de Registro Civil das Pessoas Naturais das 8h às 12h e das 14h às 18h. O cartório fica localizado em um posto de combustível, na rodovia MA-203, também conhecida como a Estrada da Raposa.

Os documentos exigidos no ato da inscrição são documento oficial com foto. Se o noivo ou a noiva tiverem entre 16 anos e 17 anos precisam da autorização por escrito dos responsáveis legais. Caso um dos noivos tenha 15 anos precisa da autorização judicial. Precisa ainda, em todos os casos, da declaração de duas testemunhas maiores de idade que alegam que não há impedimentos para um dos noivos se casarem, além do comprovante de residência e de documentos adicionais para casos específicos como, por exemplo, quem já casou e ficou viúvo e precisa levar o atestado de óbito do antigo cônjuge para então participar da celebração de nova união.

Maranhão é o Estado que mais gasta com pensões de ex-governadores e viúvas

Até políticos com poucos meses no cargo recebem. Pagamentos são legais, mas questionados na Justiça.

Fonte: G1Data de publicação: 06/03/2017Tags: Dívidasestadospensão

Endividados e em crise financeira, os governos estaduais gastam pelo menos R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. Os pagamentos são legais, mas tramitam na Justiça várias ações que questionam essas pensões – no último dia 15, a Justiça da Bahia suspendeu por liminar (decisão provisória) o pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores.

Levantamento do G1 encontrou 16 estados que pagam esses benefícios. O gasto mensal é de R\$ 2,98 milhões. Algumas dessas pensões são pagas inclusive a quem ocupou o cargo por poucos meses ou poucos dias. Para chegar a esse resultado, o G1 pediu a todos os governos de estados e do Distrito Federal a relação de ex-governadores e dependentes que recebem pensão e dos valores pagos a eles. Somente o governo da Bahia não respondeu.

No Mato Grosso, até governadores interinos têm direito à pensão. Iraci Araújo Moreira, que foi vice do ex-governador e atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, recebe mensalmente R\$ 15.083,79 (em valores brutos), todos os meses. Ela assumiu o cargo por alguns dias, durante as viagens internacionais de Maggi. Maria Valquíria dos Santos Cruz herdou uma pensão de R\$ 15.083,79 mensais. Ela é viúva de Evaristo Roberto Vieira da Cruz, que foi presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso e ganhou direito ao benefício porque exerceu o cargo de governador por 16 dias.

Leonel Arcângelo Pavan ocupou a cadeira de governador de Santa Catarina entre 25 de março e 31 de dezembro de 2010, o que lhe deu direito a uma pensão mensal de R\$ 23.880,16. Ele era vice de Luiz Henrique da Silveira, que deixou o cargo para concorrer ao Senado.

O Paraná também coleciona casos de ex-governadores que ocuparam o cargo por poucos meses e conseguiram direito à pensão vitalícia. Uma das pensões, de R\$ 30.471,11 mensais, é paga a Madalena Gemieski Mansur, viúva de João Mansur, que ficou um pouco mais de um mês no cargo.

O Pará paga a maior pensão encontrada no levantamento do G1: R\$ 48.753,78 mensais, ao ex-governador Aurélio Correa do Carmo.

A lista de quem recebe pensão como ex-governador inclui também políticos investigados e até condenados. É o caso do ex-governador e ex-senador mineiro Eduardo Azeredo, condenado a 20 anos e 10 meses de prisão em 2015 pelo chamado mensalão tucano.

O ex-governador Pedro Pedrossian, governador do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, recebe duas pensões, uma de cada estado: R\$ 24.117,64 e R\$ 30.471,11, respectivamente, num total de R\$ 54.588,75 por mês.

O Congresso já começou a discussão sobre a proposta de reforma da Previdência enviada pelo presidente Michel Temer. A principal mudança prevista é que homens e mulheres só terão direito à aposentadoria pelo INSS a partir dos 65 anos.

A proposta também prevê que os trabalhadores precisarão contribuir para o INSS por 49 anos para ter direito à aposentadoria integral, ou seja, equivalente ao salário. Esse valor, porém, tem um teto, que hoje é de R\$ R\$ 5.531,31, bem mais baixo que a maior parte das pensões pagas a ex-governadores e suas viúvas.

O levantamento do G1 mostra que pelo menos 16 estados brasileiros pagam pensão vitalícia: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Acre e Rondônia.

Procurado pelo G1, o governo da Bahia não respondeu aos pedidos de informações sobre pagamento de pensões. Entretanto, no último dia 15, uma liminar (decisão provisória) da Justiça suspendeu o pagamento de pensões a ex-governadores do estado.

O governo de Sergipe informou o valor das pensões pagas a viúvas, mas não divulgou o nome delas. O Piauí, que paga pensão a seis ex-governadores e dois dependentes, não informou os nomes deles.

Quem recebe?

Ao todo, 76 ex-governadores recebem pensão dos estados citados. Desses, 18 acumulam o benefício com aposentadoria de deputado ou senador e chegam a ganhar mais de R\$ 50 mil por mês.

Há ainda outros 55 dependentes de políticos, a maioria viúvas, que recebem pensão dos estados. Dezoito desses dependentes também acumulam pensões do Congresso.

O levantamento do G1 encontrou ainda 12 políticos que exercem atualmente mandato de senador ou deputado federal e que acumulam salário de congressista e pensão como ex-governador.

Considerando apenas ex-governadores (ou seja, sem contar viúvas), a menor pensão encontrada no levantamento é de R\$ 10,5 mil mensais, paga a Francelino Pereira dos Santos e Eduardo Azeredo, que governaram Minas Gerais.

O estado com a maior despesa é o Maranhão: R\$ 4,38 milhões por ano. Em segundo lugar está o Rio Grande do Sul, com um gasto de R\$ 4 milhões ao ano. O Rio Grande do Sul é um dos estados com situação financeira grave e que negocia um socorro do governo federal.

O Rio de Janeiro, estado com a pior situação fiscal do país e que vem atrasando salários de servidores e pagamento a fornecedores, gasta mais de R\$ 2 milhões por ano com as pensões.

continue lendo no

link: <http://blogthonnysantos.blogspot.com.br/2017/03/maranhao-e-o-estado-que-mais-gasta-com.html>

Estados gastam R\$ 35,8 milhões por ano com pensões de ex-governadores e viúvas

Levantamento encontrou 16 estados que pagam pensão a ex-governadores e dependentes Endividados e em crise financeira, os governos estaduais gastam pelo menos R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. Os pagamentos são legais, mas tramitam na Justiça várias ações que questionam essas pensões - no último dia 15, a Justiça da Bahia suspendeu por liminar (decisão provisória) o pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores.

Leia também: Acúmulo de ganhos garante até R\$ 64 mil mensais a 30 ex e atuais parlamentares. Levantamento do G1 encontrou 16 estados que pagam esses benefícios. O gasto mensal é de R\$ 2,98 milhões. Algumas dessas pensões são pagas inclusive a quem ocupou o cargo por poucos meses ou poucos dias.

Para chegar a esse resultado, o G1 pediu a todos os governos de estados e do Distrito Federal a relação de ex-governadores e dependentes que recebem pensão e dos valores pagos a eles. Somente o governo da Bahia não respondeu.

No Mato Grosso, até governadores interinos têm direito à pensão. Iraci Araújo Moreira, que foi vice do ex-governador e atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, recebe mensalmente R\$ 15.083,79 (em valores brutos), todos os meses. Ela assumiu o cargo por alguns dias, durante as viagens internacionais de Maggi.

Maria Valquíria dos Santos Cruz herdou uma pensão de R\$ 15.083,79 mensais. Ela é viúva de Evaristo Roberto Vieira da Cruz, que foi presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso e ganhou direito ao benefício porque exerceu o cargo de governador por 16 dias.

Leonel Arcângelo Pavan ocupou a cadeira de governador de Santa Catarina entre 25 de março e 31 de dezembro de 2010, o que lhe deu direito a uma pensão mensal de R\$ 23.880,16. Ele era vice de Luiz Henrique da Silveira, que deixou o cargo para concorrer ao Senado.

O Paraná também coleciona casos de ex-governadores que ocuparam o cargo por poucos meses e conseguiram direito à pensão vitalícia. Uma das pensões, de R\$ 30.471,11 mensais, é paga a Madalena Gemieski Mansur, viúva de João Mansur, que ficou um pouco mais de um mês no cargo.

O Pará paga a maior pensão encontrada no levantamento do G1: R\$ 48.753,78 mensais, ao ex-governador Aurélio Correa do Carmo.

A lista de quem recebe pensão como ex-governador inclui também políticos investigados e até condenados. É o caso do ex-governador e ex-senador mineiro Eduardo Azeredo, condenado a 20 anos e 10 meses de prisão em 2015 pelo chamado mensalão tucano.

O ex-governador Pedro Pedrossian, governador do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, recebe duas pensões, uma de cada estado: R\$ 24.117,64 e R\$ 30.471,11, respectivamente, num total de R\$ 54.588,75 por mês.

O Congresso já começou a discussão sobre a proposta de reforma da Previdência enviada pelo presidente Michel Temer. A principal mudança prevista é que homens e mulheres só terão direito à aposentadoria pelo INSS a partir dos 65 anos.

A proposta também prevê que os trabalhadores precisarão contribuir para o INSS por 49 anos para ter direito à aposentadoria integral, ou seja, equivalente ao salário. Esse valor, porém, tem um teto, que hoje é de R\$ R\$ 5.531,31, bem mais baixo que a maior parte das pensões pagas a ex-governadores e suas viúvas. O levantamento do G1 mostra que pelo menos 16 estados brasileiros pagam pensão vitalícia: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Acre e Rondônia.

Procurado pelo G1, o governo da Bahia não respondeu aos pedidos de informações sobre pagamento de pensões. Entretanto, no último dia 15, uma liminar (decisão provisória) da Justiça suspendeu o pagamento de pensões a ex-governadores do estado.

O governo de Sergipe informou o valor das pensões pagas a viúvas, mas não divulgou o nome delas. O

Piauí, que paga pensão a seis ex-governadores e dois dependentes, não informou os nomes deles. Quem recebe?

Ao todo, 76 ex-governadores recebem pensão dos estados citados. Desses, 18 acumulam o benefício com aposentadoria de deputado ou senador e chegam a ganhar mais de R\$ 50 mil por mês.

Há ainda outros 55 dependentes de políticos, a maioria viúvas, que recebem pensão dos estados. Dezoito desses dependentes também acumulam pensões do Congresso.

O levantamento do G1 encontrou ainda 12 políticos que exercem atualmente mandato de senador ou deputado federal e que acumulam salário de congressista e pensão como ex-governador.

Considerando apenas ex-governadores (ou seja, sem contar viúvas), a menor pensão encontrada no levantamento é de R\$ 10,5 mil mensais, paga a Francelino Pereira dos Santos e Eduardo Azeredo, que governaram Minas Gerais.

O estado com a maior despesa é o Maranhão: R\$ 4,38 milhões por ano. Em segundo lugar está o Rio Grande do Sul, com um gasto de R\$ 4 milhões ao ano. O Rio Grande do Sul é um dos estados com situação financeira grave e que negocia um socorro do governo federal.

O Rio de Janeiro, estado com a pior situação fiscal do país e que vem atrasando salários de servidores e pagamento a fornecedores, gasta mais de R\$ 2 milhões por ano com as pensões.

Supremo

A discussão sobre a legalidade do pagamento de pensões está no Supremo Tribunal Federal (STF), que já suspendeu, por exemplo, o pagamento do benefício pelo governo do Pará.

O estado, no entanto, mantém o pagamento das pensões, numa despesa mensal de R\$ 275 mil. A assessoria do governo informou que o jurídico estadual entende que a decisão do STF afeta apenas o pagamento de novas pensões.

O STF analisa ações semelhantes contra o pagamento de pensão vitalícia para ex-governadores do Acre, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Sergipe.

Em alguns desses estados, a pensão não é mais garantida a novos governadores, mas continua sendo paga àqueles que adquiriram o direito por terem deixado o cargo quando a respectiva lei ainda estava vigente.

É o caso do Piauí e do Rio Grande do Norte.

Há casos ainda, como no Paraná, em que o governo chegou a suspender o pagamento das pensões, mas os ex-governadores recorreram à Justiça para continuar recebendo o benefício.

Beneficiários justificam

Por intermédio do marido, Roberto França, a ex-vice-governadora do Mato Grosso Iraci Araújo Moreira França informou que o recebimento da pensão é legal.

O ex-governador do Pará Aurélio Correa do Carmo disse considerar "justa" a pensão de R\$ 48,7 mil que recebe. "Eu recebo uma pensão como ex-governador do estado, que foi aprovada pelo Supremo [STF], pois ela é de antes da Constituição de 88". Segundo ele, o valor da sua pensão é maior que a de outros ex-governadores porque está somada à que ele recebe por ser desembargador aposentado. "Então, a soma destas duas é que chega a esse valor. Eu acho merecido o que eu recebo", disse Carmo. "Eu não acho injusto receber um pagamento pelo que me é devido. Eu tenho direitos adquiridos, julgados a meu favor", completou.

Por meio do advogado, Eduardo Azeredo informou que "a pensão especial que me é paga pelo Governo de Minas é fruto de decisão judicial, que a considerou justa e devida".

O ex-governador mineiro Francelino Pereira dos Santos, de 95 anos, informou, por meio de sua secretária, que dedicou 55 anos à vida pública e que a lei o protege. A secretária informou ainda que o valor que ele recebe é um pouco diferente: R\$ 10.236,76. O valor da pensão recebida por Francelino foi informado ao G1 pelo governo de Minas Gerais.

A família do ex-governador do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul Pedro Pedrossian informou que prefere "não falar sobre esse assunto, até porque em todos os questionamentos sobre esses pagamentos, a Justiça está dando ganho de causa a ele".

O G1 não localizou Maria Valquiria dos Santos Cruz, viúva do ex-governador do Mato Grosso Evaristo Roberto Vieira da Cruz. Também não conseguiu contato com Madalena Gemieski Mansur, viúva do ex-governador do Paraná João Mansur.

A reportagem também não obteve resposta da assessoria do ex-governador de Santa Catarina Leonel Pavan.

Campanha prioriza o julgamento de casos de violência contra a mulher

A campanha nacional foi idealizada e é coordenada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia Rocha.

De segunda (6) a sexta-feira (10), será realizada a VII Campanha Justiça pela Paz em Casa, no Maranhão, e em todo o país, com prioridade para realização de audiências e julgamentos de processos relativos aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na Justiça maranhense, o trabalho é organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão, que tem à frente a desembargadora Angela Salazar. Num trabalho sincronizado com as Varas Especializadas no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e diversas comarcas do Estado, a Semana Justiça pela Paz em Casa deverá julgar centenas de processos, que têm a mulher como vítima de violência doméstica e familiar e outros em que ela seja parte interessada.

De acordo com os dados da CEMULHER do TJMA, está agendada na Vara Especial da Mulher de São Luís a realização de 175 audiências durante toda a semana. A juíza Suely Feitosa, que responde pela unidade no Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha será auxiliada pelos juízes auxiliares Antonio Agenor Gomes, Clésio Cunha, Raul Goulart Júnior e Rommel Viégas.

Em Imperatriz, estão previstas 21 audiências, na unidade especializada da comarca, sendo sete preliminares e 14 audiências de instrução, presididas pela juíza Ana Paula Silva Araújo, titular da unidade.

Em março de 2015, a campanha Justiça pela Paz em Casa conseguiu realizar 554 audiências, foram proferidas 468 sentenças, realizados 9 júris e concedidas 93 medidas protetivas. Além da semana, no mesmo ano, outros dois mutirões foram realizados nos meses de agosto e novembro, totalizando 671 audiências e 349 sentenças. Já em 2016, nas três semanas de mutirão, o total foi de 1.030 audiências e 650 sentenças. Com informações da assessoria do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Austeridade - Servidores aprovam contas do Sindjus sem ressalvas

A atual gestão do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão, que tem a frente o presidente Anibal Lins, consolida sua atuação pautada na seriedade e responsabilidade do uso dos recursos financeiros. Na manhã do último sábado (4), cerca de 200 servidores filiados aprovaram, sem ressalvas, as contas do exercício de 2016. Houve apenas uma abstenção e nenhum voto contrário.

Apesar do aumento da demanda e do custeio das mobilizações relativas a busca e consolidação de direitos, a entidade encerrou o ano passado com um superávit de mais R\$ 300mil. Na exposição do balanço, o contador Ronaldo França apresentou os gastos realizados com todos os insumos necessários à manutenção do sindicato, dando ênfase àqueles que mais têm demandado recursos financeiros, como é o caso dos gastos com assistência jurídica.

Dentre as principais atividades que consomem a maior parte dos recursos também estão reuniões e assembleias; manutenção da sede administrativa e das sedes sociais da Raposa e Imperatriz; despesas com pessoal, incluindo encargos trabalhistas; além de outros insumos para manutenção dos trabalhos da entidade. Os demonstrativos completos já podem ser consultados no site do Sindjus, conforme explicou o tesoureiro da entidade, Fagner Damasceno.

“Todas as despesas foram devidamente detalhadas e explicadas aos nossos filiados e a forma como ocorreu a aprovação das contas reflete a confiança da categoria no trabalho sério desenvolvido pelos membros do Sindjus. Estamos fazendo uma gestão cada vez mais responsável e gerenciando processos que nos permitem maior economia na realização do nosso compromisso diário. Como sempre fazemos, logo após a prestação temos o compromisso de disponibilizar as contas para consulta dos servidores”, esclareceu o tesoureiro.

O presidente do Sindjus, Anibal Lins, também falou sobre a aprovação das contas pelos servidores.

“Trabalhamos de forma séria, o que garantiu que o Sindjus seja hoje uma referência de atuação sindical no Brasil. A aprovação das contas de forma unânime, sem qualquer contestação, nos mostra que estamos e devemos manter o caminho certo, que é da austeridade e respeito aos recursos de nossos companheiros”, disse.

Lins explicou, ainda, a importância do uso correto dos recursos para a manutenção de um sindicato forte e atuante para assegurar os direitos. “O Sindjus existe para lutar e garantir os direitos de toda categoria e não apenas de alguns. Isso fez com que a entidade se tornasse um dos pilares na garantia dos direitos já conquistados e daqueles que ainda precisam ser alcançados. Por isso, a gestão dos recursos, tão necessários nessa caminhada, precisa ser encarada com responsabilidade e, acima de tudo, com honestidade e respeito”, frisou o presidente após a aprovação das contas.

Empresa deve indenizar cliente que encontrou corpo estranho em garrafa de Coca-Cola no MA

A indenização foi fixada em R\$ 4 mil, pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A Empresa Maranhense de Refrigerantes alegou ausência do dever de indenizar, tendo em vista que não ocorreu a ingestão do líquido supostamente impróprio para consumo. (Foto: Reprodução)

A Empresa Maranhense de Refrigerantes foi condenada a indenizar uma cliente, que encontrou um “corpo estranho” em uma embalagem de refrigerante Coca-Cola.

A indenização foi fixada em R\$ 4 mil, pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que julgou procedente o recurso da cliente, após o pedido ter sido negado pelo Juízo de 1º Grau.

A consumidora ajuizou ação de indenização, alegando que a mera constatação de corpo estranho, no interior da embalagem de refrigerante, gera o dano moral, uma vez que o produto encontrava-se impróprio para consumo, sendo desnecessária a efetiva ingestão da bebida.

A Empresa Maranhense de Refrigerantes alegou ausência do dever de indenizar, tendo em vista que não ocorreu a ingestão do líquido supostamente impróprio para consumo.

O desembargador Jorge Rachid, relator do recurso, ressaltou normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC) que protegem os consumidores contra produtos que coloquem em risco a sua segurança, saúde e integridades física e psíquica.

Ele destacou que o CDC impõe ao fornecedor de produtos o dever legal de evitar que a saúde e segurança dos clientes sejam colocadas em risco, tutelando o dano ainda em sua potencialidade e buscando prevenir sua efetiva ocorrência.

Dessa forma, o fornecedor tem o dever de reparar o consumidor por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, manipulação ou acondicionamento de seus produtos, entre outros.

O magistrado citou casos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e doutrinas, reforçando o entendimento de que a proteção à saúde e segurança do consumidor possui caráter constitucional e de direito fundamental, decorrente da especial proteção à dignidade da pessoa humana, de forma que o fornecedor é responsável pela garantia dos produtos e serviços que oferece no mercado, e deve responder por sua qualidade e segurança.

“É irrelevante o fato de o consumidor ter - ou não - consumido a bebida, pois a responsabilidade do fornecedor decorre do simples fato de ter colocado em risco a saúde do consumidor - exatamente como ocorreu neste caso, em que a empresa dispôs em suas prateleiras o produto impróprio”, justificou.

O voto foi acompanhado pelos desembargadores Ângela Salazar e Kleber Carvalho.

Leia mais em

http://www.correiopopularitz.com.br/materia/5715/empresa_deve_indenizar_cliente_que_encontrou_corpo_estranho_em_garrafa_de_coca-cola_no_ma#vbgq2mhITrR3o4F6.99

Maranhão é o Estado que mais gasta com pensões de ex-governadores e viúvas

Até políticos com poucos meses no cargo recebem. Pagamentos são legais, mas questionados na Justiça. Endividados e em crise financeira, os governos estaduais gastam pelo menos R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. Os pagamentos são legais, mas tramitam na Justiça várias ações que questionam essas pensões – no último dia 15, a Justiça da Bahia suspendeu por liminar (decisão provisória) o pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores.

Levantamento do G1 encontrou 16 estados que pagam esses benefícios. O gasto mensal é de R\$ 2,98 milhões. Algumas dessas pensões são pagas inclusive a quem ocupou o cargo por poucos meses ou poucos dias.

Para chegar a esse resultado, o G1 pediu a todos os governos de estados e do Distrito Federal a relação de ex-governadores e dependentes que recebem pensão e dos valores pagos a eles. Somente o governo da Bahia não respondeu.

No Mato Grosso, até governadores interinos têm direito à pensão. Iraci Araújo Moreira, que foi vice do ex-governador e atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, recebe mensalmente R\$ 15.083,79 (em valores brutos), todos os meses. Ela assumiu o cargo por alguns dias, durante as viagens internacionais de Maggi.

Maria Valquíria dos Santos Cruz herdou uma pensão de R\$ 15.083,79 mensais. Ela é viúva de Evaristo Roberto Vieira da Cruz, que foi presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso e ganhou direito ao benefício porque exerceu o cargo de governador por 16 dias.

Leonel Arcângelo Pavan ocupou a cadeira de governador de Santa Catarina entre 25 de março e 31 de dezembro de 2010, o que lhe deu direito a uma pensão mensal de R\$ 23.880,16. Ele era vice de Luiz Henrique da Silveira, que deixou o cargo para concorrer ao Senado.

O Paraná também coleciona casos de ex-governadores que ocuparam o cargo por poucos meses e conseguiram direito à pensão vitalícia. Uma das pensões, de R\$ 30.471,11 mensais, é paga a Madalena Gemieski Mansur, viúva de João Mansur, que ficou um pouco mais de um mês no cargo.

O Pará paga a maior pensão encontrada no levantamento do G1: R\$ 48.753,78 mensais, ao ex-governador Aurélio Correa do Carmo.

A lista de quem recebe pensão como ex-governador inclui também políticos investigados e até condenados.

É o caso do ex-governador e ex-senador mineiro Eduardo Azeredo, condenado a 20 anos e 10 meses de prisão em 2015 pelo chamado mensalão tucano.

O ex-governador Pedro Pedrossian, governador do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, recebe duas pensões, uma de cada estado: R\$ 24.117,64 e R\$ 30.471,11, respectivamente, num total de R\$ 54.588,75 por mês.

O Congresso já começou a discussão sobre a proposta de reforma da Previdência enviada pelo presidente Michel Temer. A principal mudança prevista é que homens e mulheres só terão direito à aposentadoria pelo INSS a partir dos 65 anos.

A proposta também prevê que os trabalhadores precisarão contribuir para o INSS por 49 anos para ter direito à aposentadoria integral, ou seja, equivalente ao salário. Esse valor, porém, tem um teto, que hoje é de R\$ R\$ 5.531,31, bem mais baixo que a maior parte das pensões pagas a ex-governadores e suas viúvas.

O levantamento do G1 mostra que pelo menos 16 estados brasileiros pagam pensão vitalícia: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Acre e Rondônia.

Procurado pelo G1, o governo da Bahia não respondeu aos pedidos de informações sobre pagamento de pensões. Entretanto, no último dia 15, uma liminar (decisão provisória) da Justiça suspendeu o pagamento de pensões a ex-governadores do estado.

O governo de Sergipe informou o valor das pensões pagas a viúvas, mas não divulgou o nome delas. O Piauí, que paga pensão a seis ex-governadores e dois dependentes, não informou os nomes deles.

Quem recebe?

Ao todo, 76 ex-governadores recebem pensão dos estados citados. Desses, 18 acumulam o benefício com aposentadoria de deputado ou senador e chegam a ganhar mais de R\$ 50 mil por mês.

Há ainda outros 55 dependentes de políticos, a maioria viúvas, que recebem pensão dos estados. Dezoito desses dependentes também acumulam pensões do Congresso.

O levantamento do G1 encontrou ainda 12 políticos que exercem atualmente mandato de senador ou deputado federal e que acumulam salário de congressista e pensão como ex-governador.

Considerando apenas ex-governadores (ou seja, sem contar viúvas), a menor pensão encontrada no levantamento é de R\$ 10,5 mil mensais, paga a Francelino Pereira dos Santos e Eduardo Azeredo, que governaram Minas Gerais.

O estado com a maior despesa é o Maranhão: R\$ 4,38 milhões por ano. Em segundo lugar está o Rio Grande do Sul, com um gasto de R\$ 4 milhões ao ano. O Rio Grande do Sul é um dos estados com situação financeira grave e que negocia um socorro do governo federal.

O Rio de Janeiro, estado com a pior situação fiscal do país e que vem atrasando salários de servidores e pagamento a fornecedores, gasta mais de R\$ 2 milhões por ano com as pensões.

Supremo

A discussão sobre a legalidade do pagamento de pensões está no Supremo Tribunal Federal (STF), que já suspendeu, por exemplo, o pagamento do benefício pelo governo do Pará.

O estado, no entanto, mantém o pagamento das pensões, numa despesa mensal de R\$ 275 mil. A assessoria do governo informou que o jurídico estadual entende que a decisão do STF afeta apenas o pagamento de novas pensões.

O STF analisa ações semelhantes contra o pagamento de pensão vitalícia para ex-governadores do Acre, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Sergipe.

Em alguns desses estados, a pensão não é mais garantida a novos governadores, mas continua sendo paga àqueles que adquiriram o direito por terem deixado o cargo quando a respectiva lei ainda estava vigente. É o caso do Piauí e do Rio Grande do Norte.

Há casos ainda, como no Paraná, em que o governo chegou a suspender o pagamento das pensões, mas os ex-governadores recorreram à Justiça para continuar recebendo o benefício.

Beneficiários justificam

Por intermédio do marido, Roberto França, a ex-vice-governadora do Mato Grosso Iraci Araújo Moreira França informou que o recebimento da pensão é legal.

O ex-governador do Pará Aurélio Correa do Carmo disse considerar “justa” a pensão de R\$ 48,7 mil que recebe. “Eu recebo uma pensão como ex-governador do estado, que foi aprovada pelo Supremo [STF], pois ela é de antes da Constituição de 88”. Segundo ele, o valor da sua pensão é maior que a de outros ex-governadores porque está somada à que ele recebe por ser desembargador aposentado. “Então, a soma destas duas é que chega a esse valor. Eu acho merecido o que eu recebo”, disse Carmo. “Eu não acho injusto receber um pagamento pelo que me é devido. Eu tenho direitos adquiridos, julgados a meu favor”, completou.

Por meio do advogado, Eduardo Azeredo informou que “a pensão especial que me é paga pelo Governo de Minas é fruto de decisão judicial, que a considerou justa e devida”.

O ex-governador mineiro Francelino Pereira dos Santos, de 95 anos, informou, por meio de sua secretária, que dedicou 55 anos à vida pública e que a lei o protege. A secretária informou ainda que o valor que ele recebe é um pouco diferente: R\$ 10.236,76. O valor da pensão recebida por Francelino foi informado ao G1 pelo governo de Minas Gerais.

A família do ex-governador do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul Pedro Pedrossian informou que prefere “não falar sobre esse assunto, até porque em todos os questionamentos sobre esses pagamentos, a Justiça está dando ganho de causa a ele”.

O G1 não localizou Maria Valquiria dos Santos Cruz, viúva do ex-governador do Mato Grosso Evaristo Roberto Vieira da Cruz. Também não conseguiu contato com Madalena Gemieski Mansur, viúva do ex-governador do Paraná João Mansur.

A reportagem também não obteve resposta da assessoria do ex-governador de Santa Catarina Leonel Pavan.

Maranhão gasta R\$ 4,38 milhões por ano com pensões de Roseana, Lobão, Cafeteira, Sarney

Endividados e em crise financeira, os governos estaduais gastam pelo menos R\$ 35,8 milhões por ano com o pagamento de pensões a ex-governadores e dependentes deles. O estado com a maior despesa é o Maranhão: R\$ 4,38 milhões por ano, segundo levantamento do portal G1 divulgado nesta segunda-feira (6). O estado paga pensão vitalícia.

No Maranhão, o ex-senador José Sarney e sua filha, Roseana Sarney recebem uma aposentadoria vitalícia de R\$ 24 mil por mês por terem sido governadores. A legislação do Maranhão, segundo a OAB do Estado, prevê aposentadoria de R\$ 24 mil a quem ocupou o cargo por, no mínimo, seis meses. O ex-governadores Eptácio Cafeteira, José Reinaldo Tavares (hoje deputado federal) e Edison Lobão (senador) também recebem o mesmo valor, assim como as viúvas dos ex-governadores já falecidos. O gasto mensal é de R\$365.653,32.

Roseana, que já foi senadora, soma esse valor aos R\$ 23,8 mil que já recebe por ser aposentada do Senado Federal desde 2013.

Sarney recebe duas aposentadorias, como ex-governador do Maranhão e como servidor do Tribunal de Justiça. O jornal Folha de S.Paulo mostrou que as duas aposentadorias de Sarney somavam R\$ 35.560,98.

Os pagamentos são legais, mas tramitam na Justiça várias ações que questionam essas pensões - no último dia 15, a Justiça da Bahia suspendeu por liminar (decisão provisória) o pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores.

A discussão sobre a legalidade do pagamento de pensões está no Supremo Tribunal Federal (STF), que já suspendeu, por exemplo, o pagamento do benefício pelo governo do Pará.

Ao todo, 76 ex-governadores recebem pensão dos estados citados. Desses, 18 acumulam o benefício com aposentadoria de deputado ou senador e chegam a ganhar mais de R\$ 50 mil por mês. Há ainda outros 55 dependentes de políticos, a maioria viúvas, que recebem pensão dos estados. Dezoito desses dependentes também acumulam pensões do Congresso.

O levantamento do G1 encontrou ainda 12 políticos que exercem atualmente mandato de senador ou deputado federal e que acumulam salário de congressista e pensão como ex-governador.

Casamento Comunitário Coletivo em São Luís

Quando: Abril 2017

Preço da Inscrição:
GRÁTIS

Telefone - Inscrições:
0800-707-1581

Público-Alvo:
Solteiros (as)
Divorciados (as)
Viúvos (as)
Amigados (as)
e "Quem mora junto faz tempo e nunca se casou no papel passado"

É só para quem tem baixa renda?
Não. Casais de qualquer condição social pode solicitar.

OBS.: A partir de 16 anos já pode casar
(com o consentimento dos pais)

Vai ter Casamento Gay?
Sim. O CNJ - Conselho Nacional de Justiça aprovou uma resolução que obriga os cartórios à realizar Casamentos Homossexuais.

Convite para o Casamento:
ENTRADA FRANCA

OBS.: A data da celebração ainda será marcada e divulgada.

Realização:
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão - CGJ-MA
www.tjma.jus.br/cgj

Processo Judicial eletrônico já é realidade em 12 comarcas maranhenses

O sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) está em pleno funcionamento na Comarca da Ilha e em mais 11 comarcas do Maranhão, cujos atos processuais dispensam o uso de papel, gerando rapidez e economia na prestação jurisdicional.

A implantação foi concluída no ano passado, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, que cumpriu 100% do cronograma de implantação do sistema de processo eletrônico, elaborado para 2017.

"Mesmo diante das dificuldades enfrentadas, conseguimos manter, com êxito, a implantação do PJe e avançar para um Judiciário moderno e mais célere. Além de agilizar a tramitação dos processos, o processo eletrônico é uma ferramenta importante para a economia de recursos, já que dispensa o uso de papel", comenta o desembargador Cleones Cunha, presidente do TJMA.

O PJe está funcionando nas 16 Varas Cíveis, oito Varas da Fazenda Pública (incluindo 3 de Execução Fiscal), Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Varas de Família, Vara de Interdição, Sucessão e Alvará de São Luís e nos demais termos judiciários da Comarca da Ilha - Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar. Ele também está implantado em Itapecuru-Mirim, Timon, Balsas, Vitorino Freire, Grajaú, Codó, Coroatá, Açailândia, João Lisboa, Imperatriz e Caxias.

Desde o dia 1º de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Maranhão também passou a receber apelações, agravos de instrumento, remessas e outros recursos por meio do sistema de processo eletrônico.

O PJe faz o processamento de todas as informações, atos processuais, gestão e tramitação de processos judiciais e administrativos, permitindo o ajuizamento de ações e outros petições diretamente pela internet, 24 horas por dia, sem necessidade de deslocamentos.

O sistema garante segurança, autenticidade e integridade dos documentos, através da certificação digital, eliminando o uso do papel e etapas burocráticas como carimbos e juntadas de petições, e contribuindo para a economia de recursos e preservação do meio ambiente. A medida não inclui a desmaterialização dos processos que, atualmente, tramitam em suporte físico.

A implantação do PJe segue a Resolução nº 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que considera os benefícios da substituição da tramitação processual, em meio físico, pela tramitação eletrônica, como instrumento de celeridade e qualidade na prestação jurisdicional.

A implantação do sistema, no Judiciário maranhense, iniciou em 2013, com o projeto-piloto no Juizado da Fazenda Pública de São Luís. Em 2014, todos os juizados também foram inseridos no meio eletrônico. No âmbito do Tribunal, a implantação foi iniciada em 2015.

VII Campanha Justiça pela Paz em Casa julga casos de violência contra a mulher

| com informações da ascomTJ

A partir de hoje, até sexta-feira (10), é realizada a VII Campanha Justiça pela Paz em Casa, no Maranhão, e em todo o país, com prioridade para realização de audiências e julgamentos de processos relativos aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A campanha nacional foi idealizada e é coordenada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia Rocha.

Na Justiça maranhense, o trabalho é organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão, comandada pela desembargadora Angela Salazar. O trabalho envolve as Varas Especializadas no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e diversas comarcas do Estado. A Semana Justiça pela Paz em Casa deve julgar centenas de processos, que têm a mulher como vítima de violência doméstica e familiar e outros em que ela seja parte interessada.

De acordo com os dados da CEMULHER do TJMA, está agendada na Vara Especial da Mulher de São Luís a realização de 175 audiências durante toda a semana. A juíza Suely Feitosa, que responde pela unidade no Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha será auxiliada pelos juízes auxiliares Antonio Agenor Gomes, Clésio Cunha, Raul Goulart Júnior e Rommel Viégas.

Em Imperatriz, estão previstas 21 audiências, na unidade especializada da comarca, sendo sete preliminares e 14 audiências de instrução, presididas pela juíza Ana Paula Silva Araújo, titular da unidade.

Em março de 2015, a campanha Justiça pela Paz em Casa conseguiu realizar 554 audiências, que geraram 468 sentenças. Também foram realizados 9 júris e concedidas 93 medidas protetivas. Além da semana, no mesmo ano, outros dois mutirões foram realizados nos meses de agosto e novembro, totalizando 671 audiências e 349 sentenças. Em 2016, nas três semanas de mutirão, o total foi de 1.030 audiências e 650 sentenças.

Conferência discute equidade de gênero, representatividade e os desafios da família moderna

| com informações da ascom

A I Conferência Estadual da Mulher e da Advogada da OAB-MA acontece nos dias 9 e 10 deste mês, no Hotel Luzeiros. Com o tema “Equidade de gênero, representatividade e os desafios da família moderna”, o evento traz a São Luís com grandes nomes do direito brasileiro.

O evento, coordenado pela Comissão da Mulher e da Advogada e pela Comissão de Direito de Família, faz parte da programação da Semana da Mulher realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional MA.

Destinado a profissionais de diversas áreas do conhecimento que atuem no enfrentamento da violência contra a mulher e/ou com questões de gênero e também na área de Direito de Família, o evento tem como objetivos provocar a reflexão sobre as discriminações e violências sofridas pelas mulheres dentro e fora do âmbito familiar, a representatividade feminina em suas diversas dimensões na sociedade, o feminismo e os seus rótulos, além de contribuir para mudanças de posturas que promovam a equidade de gênero nas esferas públicas e privadas.

Durante o evento também serão debatidos temas do Direito de Família correlacionados com o papel desempenhado pelas mulheres no contexto da família moderna e da guarda compartilhada.

INSCRIÇÕES

As inscrições podem ser feitas até o dia 8 de março pelo site da Escola Superior de Advocacia- ESA (www.oabma.org.br/esa). Para advogados e estagiários adimplentes as inscrições são gratuitas. Para os demais interessados e profissionais o valor é de R\$80,00 e estudantes R\$40,00.

PROGRAMACÃO

Dia 9

Exposição fotográfica “Outros Olhares”- dias 9 e 10, aberta ao público. Com trabalhos das fotógrafas Danielle Filgueiras, Fafá Lago, Isa Gomes, Lili Santos, Stephannie Éssi e Wanessa Dias;

19h Palestra de Abertura “Equidade de gênero, representatividade e os desafios da família moderna”;

Palestrante: Eduarda Moura?o - Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada;

19h45 Painel “Violência de gênero e a lei do feminicídio - LEI Nº 13.104/15”;

Palestrante: Alice Bianchini - Doutora em Direito Penal, Professora da Universidade do Sul/SC;

Dia 10

08h45 Painel “Igualdade de gênero e a divisão de responsabilidades pela guarda compartilhada no direito brasileiro”;

Palestrante: Bruno Alberto Guimarães, Secretário da Comissão do Direito de Família da OAB/MA

10h30 Painel “CONCEPCÕES SOBRE O MODERNO CONCEITO DE FAMÍLIA”

Palestrante: Cláudia Paranaguá - Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direito de Família e Sucessões

14h30 - Painel “Políticas afirmativas de igualdade de gênero”;

Palestrante: Sônia Amaral - Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Maranhão;

16h45 Painel “Feminismo e a desconstrução de rotulos”

Palestrantes: Fernanda Marinela - Presidente da OAB/AL e Presidente de Honra da Comissão Nacional da Mulher Advogada, professora da Rede de Ensino LFG e autora de diversas obras jurídicas e Nelma Costa Sarney, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão.